



Eleições e Democracia

A Democracia no Brasil

Escola Fé e Política do Rio Grande do Sul
10 de junho de 2026

**REQUISITO PARA A DEMOCRACIA:
DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

- *Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:*
- *(...)*
- *III - a dignidade da pessoa humana;*

BRASIL – CONCENTRAÇÃO DE RENDA E RIQUEZA

- O 1% mais rico da população fica com 63% da riqueza nacional
- Os 50% mais pobres detêm apenas 2% da riqueza do país.

Fonte: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/desigualdade-63-da-riqueza-do-brasil-esta-nas-maos-de-1-da-populacao-diz-relatorio-da-oxfam/> - 14/1/2024

- Em 2019, a parcela de 0,1% de pessoas mais ricas ficavam com 12,3% da renda, percentual este muito maior que o detido por toda a metade mais pobre da população brasileira (7,0%)
- A parcela de apenas 0,01% pessoas mais ricas ficavam com 6,2% da renda, valor este não muito distante da renda de toda a metade mais pobre da população brasileira (7,0%)

Fonte: <https://www.joserobertoafonso.com.br/wp-content/uploads/2025/09/Progressividade-Tributaria-e-Desigualdade-no-Brasil-Evidencias-a-partir-de-Dados-Administrativos-Integrados1.pdf>

Essa concentração de renda e riqueza não é um acaso. Decorre do modelo econômico que atua no Brasil

Principais eixos do modelo econômico produtor de escassez para a maioria da população:

- ✓ Sistema da Dívida
- ✓ Política monetária suicida
- ✓ Modelo tributário regressivo
- ✓ Mineração predatória e grande agronegócio de exportação, irresponsável para com as pessoas e o meio ambiente

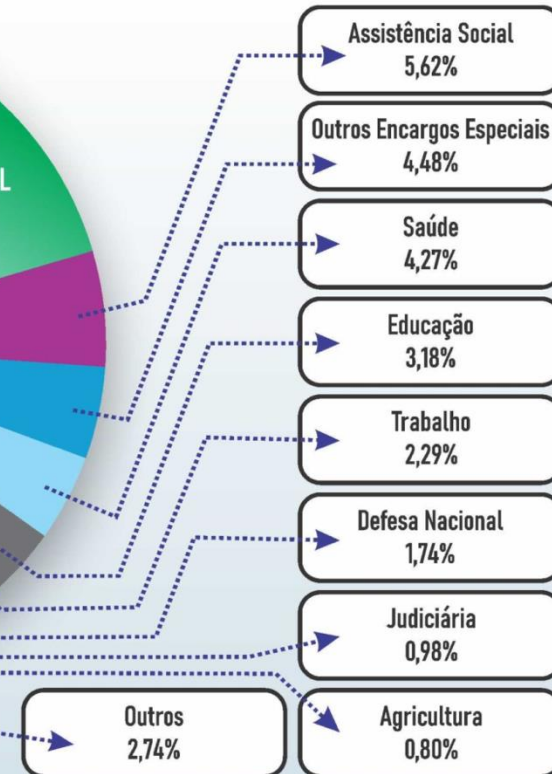
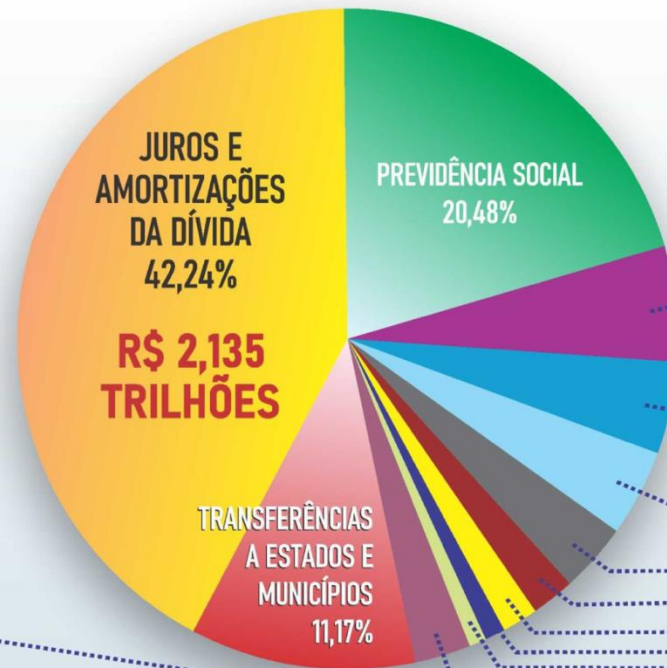


Gastamos mais de R\$ 2 trilhões com o Sistema da Dívida em 2025

<https://www.extraclasse.org.br/opiniao/2026/02/caso-de-policia-gastamos-mais-de-r-2-trilhoes-com-o-sistema>

Orçamento Federal Executado (pago) em 2025 = R\$ 5,054 TRILHÕES

OUTROS	PERCENTUAL
Administração	0,5802
Gestão Ambiental	0,3977
Ciência e Tecnologia	0,3697
Segurança Pública	0,2857
Transporte	0,2552
Essencial à Justiça	0,2058
Legislativa	0,1931
Relações Exteriores	0,0919
Organização Agrária	0,0834
Comunicações	0,0486
Cultura	0,0461
Indústria	0,0442
Urbanismo	0,0374
Comércio e Serviços	0,0315
Direitos da Cidadania	0,0274
Energia	0,0230
Desporto e Lazer	0,0103
Habitação	0,0084
Saneamento	0,0047
TOTAL	2,7443



FONTE: Painel do Orçamento Federal - <https://www1.siofp.planejamento.gov.br/painelorcamento>

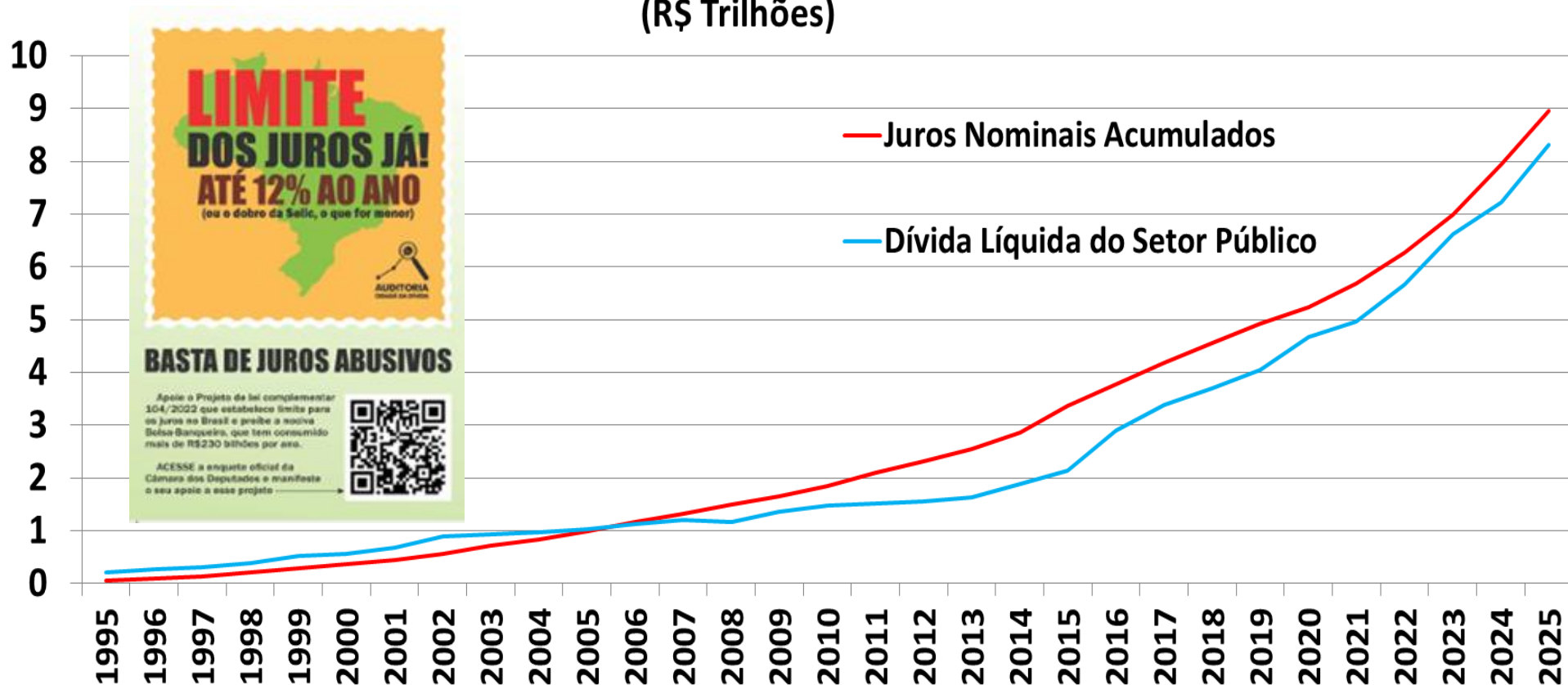
ELABORAÇÃO: Auditoria Cidadã da Dívida. Consulta em 14/1/2026. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Gráfico por Função, com exceção da Função "Encargos Especiais", que foi desmembrada em 3 partes: "Juros e Amortizações da Dívida" (GND 2 e 6); "Transferências a Estados e Municípios" (Programa 0903), e "Outros Encargos Especiais" (restante da função, composta principalmente pelo cumprimento de sentenças judiciais e concessão de financiamentos).

NOTA: O total inicialmente previsto no Orçamento Federal 2025 para as "emendas parlamentares" foi de R\$ 50,4 bilhões. Esse montante inclui emendas de bancada estadual, emendas de comissão e emendas individuais (dentre as quais as "Emendas Pix", no valor de R\$ 6,9 bilhões, que representaram 0,14% do orçamento federal pago em 2025). Os valores efetivamente empregados (pagos) em 2025 de todas as emendas parlamentares somaram R\$ 31,5 bilhões (0,62% do orçamento pago). Veja o artigo "O privilégio do Sistema da Dívida no orçamento federal pago em 2025 e o Raio X das Emendas Parlamentares".

JUROS ALTOS SÃO O PRINCIPAL FATOR RESPONSÁVEL PELO CRESCIMENTO EXPONENCIAL DA DÍVIDA PÚBLICA

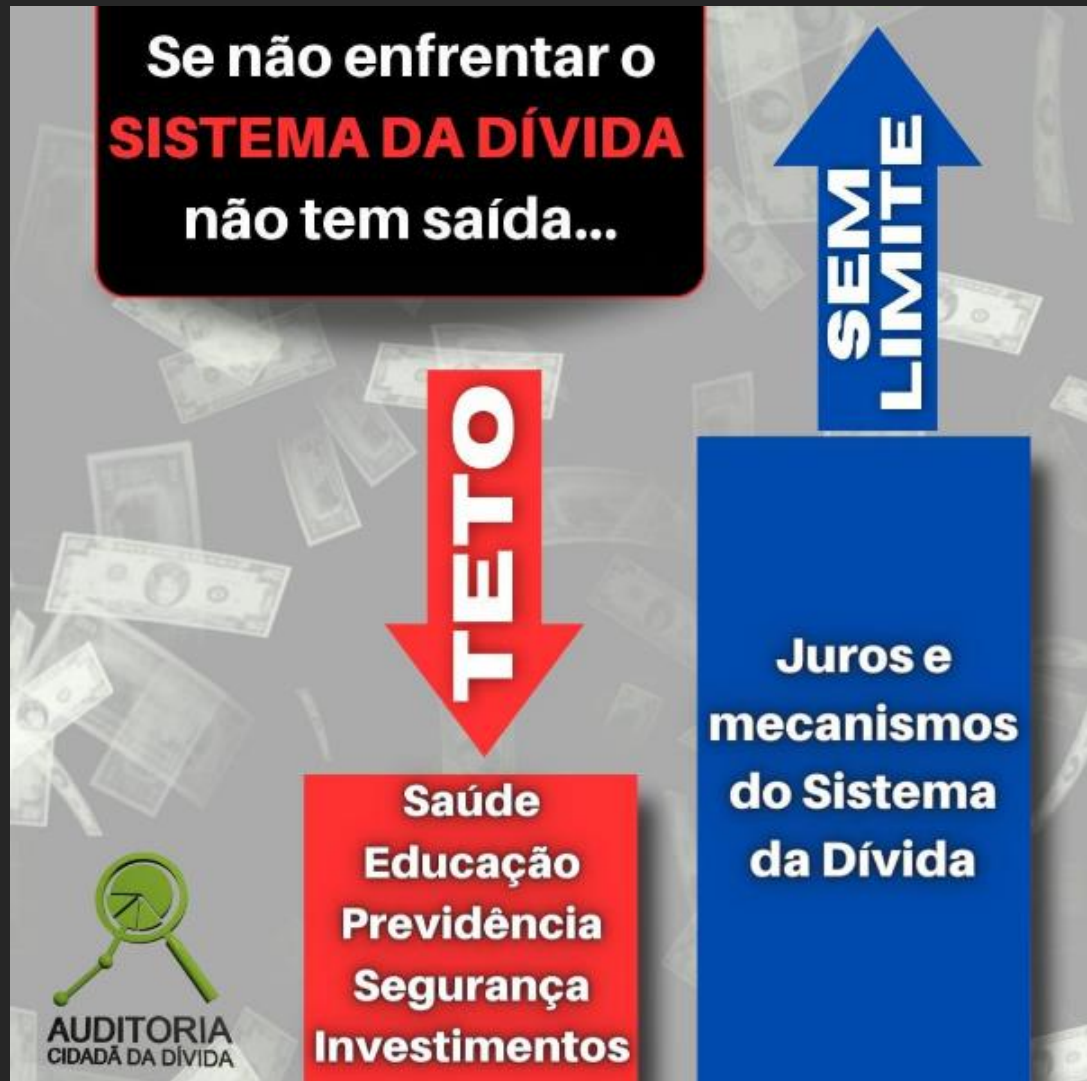
Relevância dos Juros no Estoque da Dívida Líquida do Setor Público
(R\$ Trilhões)



Fonte: Séries Temporais do Banco Central nº 16.830, 4.478, 16.962 e 4.759. Disponíveis em:

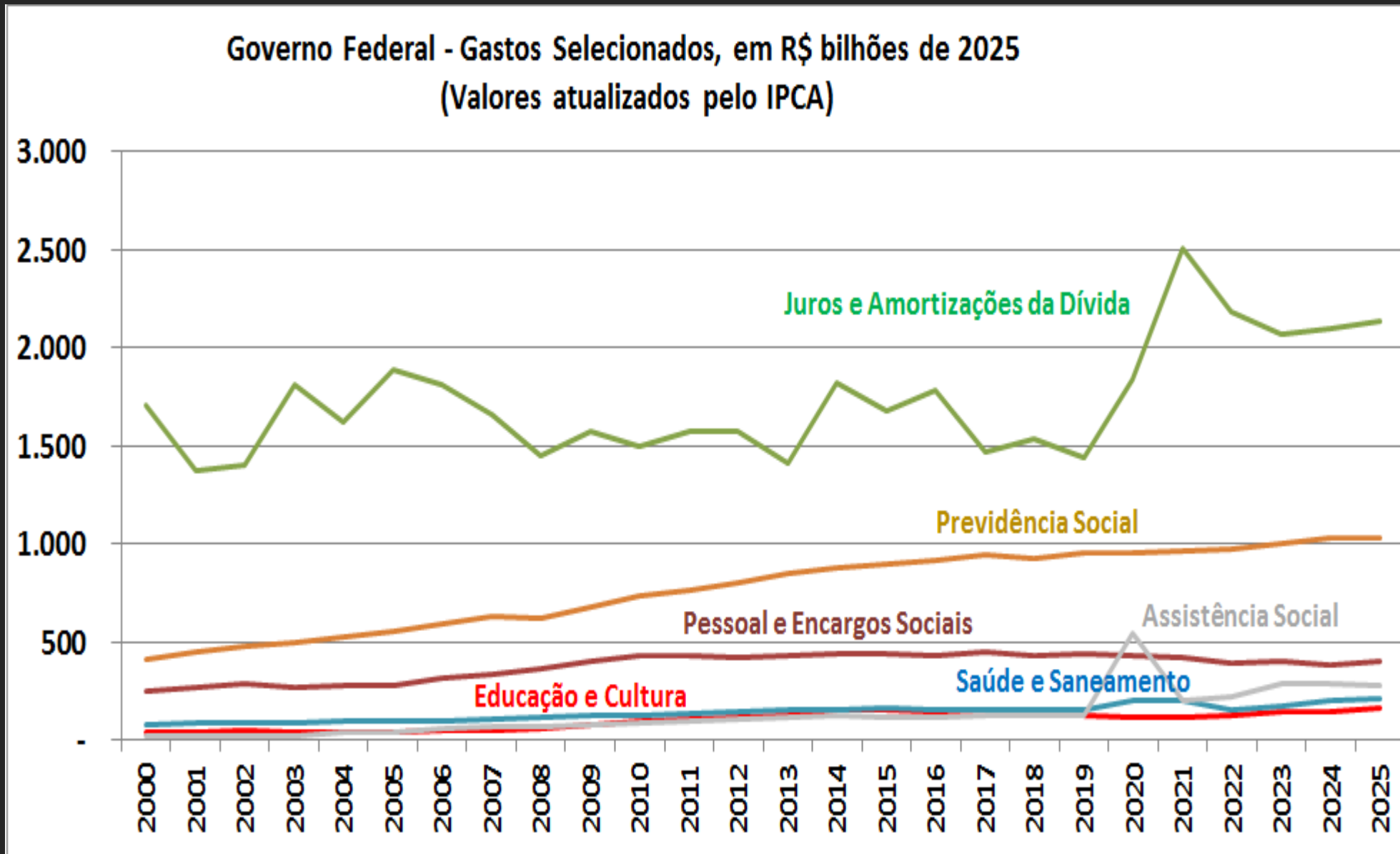
<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>

EC 95/2016 e LC 200/2023 (ARCABOUÇO FISCAL)



- Manteve o teto de gastos sociais para “*guardar recursos importantes para o pagamento do endividamento público*”
- Impõe graves restrições orçamentárias para cumprir o teto e a meta de “superávit primário”
- Governo promete mais cortes para cumprir o “arcabouço”: rebaixamento dos pisos da saúde e educação
- Risco da “Reforma Administrativa”

ONDE ESTÁ O VERDADEIRO ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS ???



A dívida pública gigante tem sido usada como desculpa para:

- Destinação da maior fatia do orçamento federal anualmente para o pagamento de gastos com o Sistema da Dívida e os juros mais elevados do planeta;
- Contínuas contrarreformas, como as várias reformas da Previdência e a chamada reforma Administrativa;
- Estabelecimento de modelo econômico pautado na escassez, com teto (EC 95/2016 e LC 200/2023) para investimentos sociais e políticas públicas de interesse da sociedade;
- Falta de recursos para áreas essenciais como educação, saúde, direitos das mulheres, meio-ambiente e demais;
- Privatizações insanas, desde Collor, passando por todos os governos.

TUDO ISSO PARA O PAGAMENTO DE UMA CHAMADA DÍVIDA SEM CONTRAPARTIDA ALGUMA EM INVESTIMENTOS NO PAÍS

PEC 65/2023 avança no Senado e amplia risco de entrega do BC ao mercado



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/em-artigo-para-o-le-monde-diplomatique-fattorelli-cobra-revogacao-de-autonomia-do-bc/>

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/com-1-clique-envie-mensagem-a-senadores-e-senadoras-para-que-se-posicionem-contrariamente-a-pec-65-2023/>

A CONJUNTURA ESCANCARA A CENTRALIDADE DO SISTEMA DA DÍVIDA E O SACRIFÍCIO PARA OS DIREITOS SOCIAIS

- Crescimento acelerado da Dívida Pública Federal em 2025, ampliando o peso do Sistema da Dívida sobre o orçamento público.
- Restrição dos investimentos sociais em áreas essenciais, diante da prioridade ao pagamento da dívida, apesar dos recordes de arrecadação.
- Escândalo do Banco Master evidencia falhas graves na supervisão do Banco Central, erro da “independência” (LC 179/2021) e infâmia do setor financeiro que está avançando com a PEC 65 no Senado.
- Taxas de juros elevadas seguem travando o crescimento econômico e aumentando absurdamente o custo da dívida, provocando mais inflação, mas o BC faz o falso discurso de subir juros para reduzir inflação, usando até a guerra como desculpa para manter juros altos e favorecer rentistas.
- PEC 38/2025 (Reforma Administrativa) ameaça direitos e aprofunda o desmonte do Estado para que sobre mais dinheiro para pagar juros.
- Necessidade de fortalecimento das campanhas da ACD

É URGENTE ENFRENTAR O SISTEMA DA DÍVIDA

Campanhas “É hora de virar o jogo” , “Pelo Limite dos juros no Brasil” e “Campanha Nacional por Direitos Sociais” impulsionam a divulgação das lutas sociais



<https://auditoriacidada.org.br/e-hora-de-virar-o-jogo/>

<https://auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros/>



<https://auditoriacidada.org.br/campanha-nacional-por-direitos-sociais/>

**LIMITE
DOS JUROS JÁ!
ATÉ 12% AO ANO**
(ou o dobro da Selic, o que for menor)



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

REQUISITOS PARA A DEMOCRACIA: REPRESENTATIVIDADE DA VONTADE POPULAR SOBERANIA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

- *Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em **Estado Democrático de Direito** e tem como fundamentos:*
- *I - a **soberania**;*
- *II - a **cidadania**;*
- *(...)*
- *Parágrafo único. **Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.***

A DEMOCRACIA TEM SIDO AMEAÇADA PELA EXPANSÃO DA FINANCEIRIZAÇÃO GLOBAL

- Cabeça do poder financeiro mundial: BIS
- Criado para ser o Banco de Compensações Internacionais, na prática atua como representante dos interesses do mercado financeiro privado, que tem dominado o mundo, submetendo governos e povos com as “regras de Basileia”
- Correia de transmissão (braços do BIS): FMI, BM, BID e bancos centrais
- Pontapé em 1971: fim da paridade dólar-ouro e dólar sem lastro, possibilitando impressão à vontade e sedução ao endividamento de países em desenvolvimento com promessa de juros baixos (Libor e Prime, taxas internacionais controladas pelos mesmos bancos privados internacionais)
- Década de 90: aceleração brutal da desregulamentação financeira, criação de produtos financeiros e crises
- Alguns exemplos no Brasil desde os anos 90:
 - Plano Brady: transformação de dívida externa (suspeita de prescrição) em títulos;
 - Explosão da dívida interna e juros exorbitantes;
 - Escândalo dos precatórios em diversos estados e municípios;
 - Bolsa-banqueiro (Op. Compromissadas e Depósitos Voluntários Remunerados)
 - Securitização de Créditos Públicos.

Reforma Administrativa ou Desmonte?

Como o Banco Mundial e o BID interferem para o desmonte dos serviços sociais

Uma nova proposta de "Reforma Administrativa" está sendo apresentada à sociedade de forma extremamente atraente e sedutora, por meio de intensa propaganda de "modernização" do Estado brasileiro, eficiência na prestação de serviços públicos e economia de recursos. Todas as pessoas querem isso, mas será que essa proposta representa isso mesmo? **Você precisa conhecer, porque essa proposta interfere em sua vida!**

A medida foi formalizada na Câmara dos Deputados como **Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 38/2025 e 2 projetos de lei** e visando fazer uma profunda modificação na Constituição Federal do Brasil. Caso aprovada, essa proposta representará um prejuízo incalculável à população, pois irá **DEMOLIR** a estrutura do Estado que presta **serviços de saúde, educação, previdência, assistência e demais, os quais correm o risco de serem privatizados ou até desaparecer.**

E o que está por trás desse desmonte da estrutura do Estado? Entregar mais recursos ainda para o pagamento de juros e amortizações da chamada dívida pública, que já consome mais de 40% do orçamento federal atualmente, como mostra o gráfico abaixo, referente ao ano de 2025, por exemplo.

Orçamento Federal Executado (pago) em 2025 = R\$ 5,054 TRILHÕES



Essa dívida não tem servido para financiar investimentos no país, como já **comprovado pelo Tribunal de Contas da União**, funcionando como o que denominamos **Sistema da Dívida**.

A proposta de "Reforma Administrativa" privilegia o Sistema da Dívida também no âmbito dos Estados, Municípios e Distrito Federal, na medida em que limita o crescimento das despesas com

BIS e seus braços mandam no Brasil

- **FMI:** interferência histórica em assuntos internos da economia brasileira, especialmente no Sistema da Dívida
- **FMI e BIS** textualmente citados no relatório do senador Plínio Valério: *"em linha com os Códigos de Transparência do FMI e com as diretrizes de governança do Banco de Compensações Internacionais (BIS)"*
- **Banco Mundial e BID:** Estrutura da chamada Reforma Administrativa é ditada pelo conteúdo de documentos do BM e BID, conforme resumido no folheto da ACD:

<https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2026/01/Reforma-Administrativa-ou-Desmonte-2.pdf>

REQUISITOS PARA A DEMOCRACIA: TRANSPARÊNCIA, PUBLICIDADE E AUDITORIA, CONFORME CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

- **TRANSPARÊNCIA** - *Art. 5º, XXXIII - todos têm **direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral**, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;*
- **PUBLICIDADE** - *Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, **publicidade** e eficiência*
- **AUDITORIA DA DÍVIDA** - *ADCT Art. 26. No prazo de um ano a contar da promulgação da Constituição, o Congresso Nacional promoverá, através de Comissão mista, **exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro.***

AFINAL, QUE DÍVIDA É ESSA?

A AUDITORIA DA DÍVIDA É A FERRAMENTA CAPAZ DE RESPONDER

- ✓ Prevista na Constituição Federal de 1988
- ✓ Plebiscito popular ano 2000: mais de seis milhões de votos levou à criação da

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

www.auditoriacidada.org.br

EXIGIMOS AUDITORIA
DE CADA CENTAVO PAGO
COM O NOSSO SACRIFICIO

Com apenas um clique, envie o texto criado pela
ACD para as autoridades e faça a sua parte!



A dívida pública deveria estar financiando investimentos de interesse da sociedade e do país, viabilizando o nosso desenvolvimento socioeconômico.

Mas não é isso que acontece! O endividamento público tem funcionado às avessas:
"SISTEMA DA DÍVIDA"

COMO OPERA?

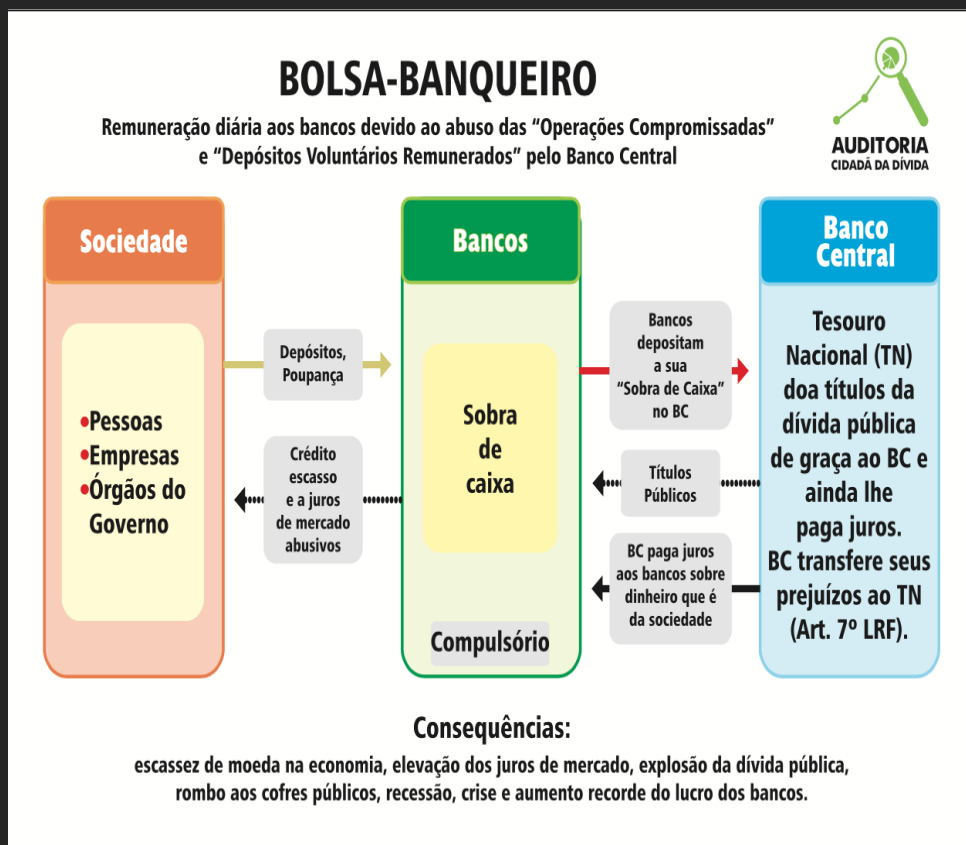
- **Modelo Econômico**
- **Privilégios Financeiros**
- **Sistema Legal**
- **Sistema Político**
- **Corrupção**
- **Grande Mídia**
- **SISTEMA FINANCEIRO: BIS, FMI, BM, BID, BC**

Dominação financeira e graves consequências sociais



Relação entre a FINANCEIRIZAÇÃO e o SISTEMA DA DÍVIDA

- O Sistema da Dívida é um dos principais alimentos do mercado financeiro que o BIS representa <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/o-que-e-o-sistema-da-divida/>
- Mecanismos financeiros operados pelo Banco Central são os principais alimentos do Sistema da Dívida no Brasil: Bolsa-Banqueiro e Juros exorbitantes



<https://auditoriacidada.org.br/bolsa-banqueiro-nao-2/>

**BANCO CENTRAL GERA ROMBO
AINDA MAIOR EM GASTOS ANUAIS
COM JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA**

**R\$ 62,9 BILHÕES
A CADA 1% DE AUMENTO DA SELIC**

Elasticidades da DLSP e DBGG

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-8,9	-0,07	10,0	0,08
Elevação de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/ 3/}	62,9	0,49	57,3	0,45
Redução de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/ 3/}	-21,9	-0,17	-21,6	-0,17

^{1/} Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB, conforme o caso.

^{2/} Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, redução de taxa Selic e aumento de índices de preços.

^{3/} Variação mantida por doze meses.



**AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA**

CARTA-ABERTA ELEIÇÕES 2026 DIRIGIDA A TODOS OS PARTIDOS POLÍTICOS

“

Qualquer programa de governo que de fato pretenda resolver efetivamente os problemas do país terá que enfrentar o Sistema da Dívida e a necessidade de limitar os juros em lei, como fazem quase 80 países mundo afora.

Maria Lucia Fattorelli para o ExtraClasse



Com apenas um clique, é possível encaminhar a Carta-Aberta Eleições 2026 aos endereços eletrônicos de todos os partidos políticos e fortalecer essa importante cobrança junto aos(às) pré-candidatos(as).

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/carta-aberta-eleicoes-2026-dirigida-a-todos-os-partidos-politicos/>

Acesse o artigo

<https://www.extraclasse.org.br/opinioao/2026/05/a-sociedade-quer-saber-a-posicao-de-candidatos-sobre-auditoria-da-divida-publica/>

CARTA-ABERTA ELEIÇÕES 2026

DIRIGIDA A TODOS OS PARTIDOS POLÍTICOS

Precisamos saber o posicionamento de cada pré-candidato(a):

1. Você pretende dedicar o seu mandato à defesa dos direitos sociais, como tratamos na Campanha Nacional por Direitos Sociais (<https://auditoriacidada.org.br/lutas-por-direitos/>)? SIM_____ NÃO_____

2. Você é a favor de limitar os juros no Brasil (como fazem 76 países mundo afora) conforme previsto no PLP 104/2022, objeto da Campanha pelo Limite dos Juros no Brasil (<https://auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros/>), que prevê também o fim da Bolsa-Banqueiro, a qual tem garantido abusiva remuneração diária aos bancos, com graves reflexos para toda a economia, levando milhões de brasileiros ao drama do super endividamento, entre outros danos, inclusive desemprego? SIM_____ NÃO_____

3. Você concorda em dedicar o seu mandato para ações destinadas à mudança do modelo econômico injusto e produtor de escassez que atua no Brasil, como tratamos na Campanha É HORA DE VIRAR O JOGO (<https://auditoriacidada.org.br/e-hora-de-virar-o-jogo/>)? SIM_____ NÃO_____

4. Você é a favor da transparência das contas públicas e realização da auditoria integral da dívida pública, conforme previsto na Constituição Federal (artigo 26 do ADCT), garantindo-se a participação social e cidadã? SIM_____ NÃO_____

CARTA-ABERTA ELEIÇÕES 2026

DIRIGIDA A TODOS OS PARTIDOS POLÍTICOS

5. Você concorda que é urgente auditar a chamada “dívida dos estados” e rever as ilegitimidades do refinanciamento feito pela União desde o final da década de 90, a exemplo da transformação de dívida de bancos em dívida pública (PROES), entre outras?
SIM _____ NÃO _____

6. Você pretende dedicar o seu mandato para a aprovação de ações destinadas à anulação da equivocada independência do Banco Central, a fim de evitar a repetição de escândalos como o do Banco Master; garantir política monetária voltada aos interesses do país e não de bancos, com baixas taxas de juros (a exemplo das praticadas no Japão, China, Estados Unidos, países da zona do Euro), fim da Bolsa-Banqueiro, e estabelecimento do controle sobre o fluxo de capitais? SIM _____ NÃO _____

7. Caso você tenha respondido SIM às questões acima, você assume o compromisso de incluir textualmente esses temas dentre as propostas defendidas por sua candidatura, em seu programa de governo ou plataforma de mandato? SIM _____ NÃO _____

Solicitamos que as respostas sejam enviadas para o e-mail contato@auditoriacidada.org.br e, desde já, agradecemos por sua participação.

Muito grata

Maria Lucia Fattorelli

ACESSE

AUDITORIACIDADA.ORG.BR



/AUDITORIACIDADA.PAGINA



/AUDITORIACIDADADADIVIDA



/AUDITORIACIDADABR



/AUDITORIACIDADA



/Spotify.



Google Podcasts



/AUDITORIACIDADA

ÉHORADEVIRAR0JOGO